

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Cassiano Borowsky Braz

**Liberdade e Escravização no Rio Grande de São Pedro:
transcrição paleográfica de registros de alforria do Século XVIII**

PORTO ALEGRE

2023

Cassiano Borowsky Braz

**Liberdade e Escravização no Rio Grande de São Pedro:
transcrição paleográfica de registros de alforria do Século XVIII**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Arquivologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Ma. Marlise Maria Giovanaz

PORTO ALEGRE

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Braz, Cassiano Borowsky
Liberdade e Escravização no Rio Grande de São
Pedro: transcrição paleográfica de registros de
alforria do Século XVIII / Cassiano Borowsky Braz. --
2023.
60 f.
Orientadora: Marlise Maria Giovanaz.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Paleografia. 2. Alforria. 3. Escravidão. 4.
Escravização. 5. Rio Grande de São Pedro. I. Giovanaz,
Marlise Maria, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Cassiano Borowsky Braz

**Liberdade e Escravização no Rio Grande de São Pedro:
transcrição paleográfica de registros de alforria do Século XVIII**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em
Arquivologia, da Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Aprovado em: 03 de abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Ma. Marlise Maria Giovanaz (Orientadora)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Professor Esp. Jorge Eduardo Enriquez Vivar (Examinador)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Professora Dra. Leolíbia Luana Linden (Examinadora)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

AGRADECIMENTOS

Tal espaço costuma ser utilizado para nominalmente agradecer pessoas caras a quem realizou o trabalho que sinaliza o fim de um ciclo acadêmico - em geral, são referidos familiares, amigos, amores, inspirações e outros mais, que contribuíram na trajetória pessoal e acadêmica. Da minha parte, há muitas pessoas a agradecer, pelas mais variadas razões - de pessoas extremamente próximas até aquelas desconhecidas, cujos nomes inclusive ignoro. Para não ser injusto, portanto, opto por um registro mais amplo, porém de modo algum impessoal.

Incontáveis mulheres e homens, desde que o mundo é mundo, trilham caminhos variados, eventualmente deixando vestígios de suas existências e de seus feitos, sejam estes rotineiros ou insólitos: a vocês, meus agradecimentos.

Igualmente incontáveis são as pessoas que, desde tempos imemoriais, não se encaixam em padrões sociais artificialmente estabelecidos, encontrando variados modos de existir, resistir, lutar, celebrar e desfrutar de suas dissidências: a vocês, meus agradecimentos.

A quem produz conhecimento, luta pela ciência e batalha pela justiça social, pelo acesso universal a recursos e pela valorização da pluralidade: a vocês, meus agradecimentos.

Muitos são aquelas e aqueles, indiretamente ou não, que contribuíram para que eu enveredasse pela senda da genealogia e, por consequência, dos arquivos permanentes, dos manuscritos, da Arquivologia e da Paleografia: a vocês, meus agradecimentos.

Também tenho a felicidade de ter recebido e permanecer recebendo apoio e suporte de familiares, amigos, colegas e docentes nas minhas escolhas acadêmicas, de modo a poder desbravar a Arquivologia enquanto segunda graduação e elaborar o presente trabalho de conclusão de curso: a vocês, meus agradecimentos.

Sou quem sou, aqui me encontro, tenho minha trajetória e seguirei meu caminho também em virtude de sermos humanidade - não fosse assim, tais palavras sequer seriam redigidas. Assim, novamente agradeço. E, aqui finalizando, desejo uma boa leitura a quem este trabalho alcançar.

RESUMO

O presente trabalho objetiva realizar a transcrição paleográfica de 3 (três) dentre os registros de alforria mais antigos custodiados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), realizados na década de 1760, discorrendo a partir de então sobre as cartas de alforria e o processo de obtenção da condição de indivíduo alforriado, bem como refletindo sobre a presença negra, a escravização e a busca por liberdade e questionando se a alforria era um meio de acesso à cidadania aos até então escravizados naquele contexto. A pesquisa proposta possui natureza qualitativa, básica e exploratória, estando baseada em pesquisa bibliográfica e análise documental. Diante das transcrições paleográficas elaboradas e em diálogo com pesquisas bibliográficas e documentais, confirma-se que negras e negros escravizados se encontravam no território que hoje é denominado Estado do Rio Grande do Sul desde os primórdios de sua ocupação por iniciativa da Coroa Portuguesa, sendo indiscutível a sua contribuição para a construção da sociedade gaúcha. Ainda, infere-se que a alforria, por si só, não era um meio automático de obtenção de liberdade e de cidadania no contexto estudado, em que pese o recorte realizado na presente pesquisa não seja suficiente para realizar tal afirmação de modo contundente, cabendo um aprofundamento e um estudo de maior quantidade de documentos para tanto.

Palavras-chave: Paleografia; Alforria; Escravização; Escravidão; Rio Grande de São Pedro.

RESUMEN

El presente trabajo tiene por objetivo la transcripción paleográfica de 3 (tres) de los registros de manumisión más antiguos del acervo del Archivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), producidos en la década de 1760, tomándolos como punto de partida para discurrir acerca de las cartas de manumisión y el procedimiento de la obtención de la condición de individuo manumitido, así como para reflexionar acerca de la presencia negra, la esclavización y la búsqueda de la libertad, y para cuestionar si la manumisión se presentaba como una opción de acceder a la ciudadanía a los esclavizados de aquel entonces en ese contexto. La investigación propuesta fue de naturaleza cualitativa, básica y exploratoria, basándose en investigación bibliográfica y análisis documental. Ante las transcripciones paleográficas elaboradas y dialogándose con investigaciones bibliográficas y documentales, se confirma que las negras y los negros esclavizados se encontraban en el territorio que hoy se denomina Estado de Rio Grande do Sul desde los comienzos de su ocupación por iniciativa de la Corona Portuguesa, siendo indiscutible su contribución hacia la construcción de la sociedad gaucha. Aún más, se infiere que la manumisión no era un mecanismo automático para obtenerse la libertad y la ciudadanía en el contexto estudiado, aunque el recorte realizado en la presente investigación no sea suficiente para afirmarlo de forma contundente, necesitándose un ahondamiento y un estudio de una mayor cantidad de documentos para hacerlo.

Palabras clave: Paleografía; Manumisión, Esclavización; Esclavitud; Rio Grande de San Pedro.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1: Tipos de lançamentos registrados no Livro 1	22
Quadro 2: Nominata, tipo de alforria e localização no Livro 1.....	23
Quadro 3: Registros de alforria selecionados pelo autor.....	24
Quadro 4: Levantamento Bibliográfico: temas/conceitos afetos ao TCC.....	25
Quadro 5: Identificação do Manuscrito 1.....	29
Quadro 6: Identificação do Manuscrito 2.....	34
Quadro 7: Identificação do Manuscrito 3.....	38
Figura 1: Livro 1, fólio 2r.	32
Figura 2: Livro 1, fólio 2v.	33
Figura 3: Livro 1, fólio 24r.	36
Figura 4: Livro 1, fólio 24v.	37
Figura 5: Livro 1, fólio 100r.	40
Figura 6: Livro 1, fólio 100v.	41
Figura 7: Livro 1, fólio 101r.	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 CONCEITOS E REFERENCIAIS.....	14
3 METODOLOGIA.....	21
3.1 PROCEDIMENTOS CIENTÍFICOS.....	21
3.2 FONTES DOCUMENTAIS.....	22
3.3 FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....	24
3.4 CRITÉRIOS PARA TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA.....	27
3.5 CRITÉRIOS PARA ANÁLISE PALEOGRÁFICA.....	28
3.5.1 Aspectos gráficos.....	28
3.5.2 Aspectos materiais.....	28
3.5.3 Aspectos complementares.....	28
4 TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICAS.....	29
4.1 TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA.....	29
4.2 ANÁLISE PALEOGRÁFICA.....	43
4.2.1 Aspectos gráficos.....	43
4.2.2 Aspectos materiais.....	44
4.2.3 Aspectos complementares.....	45
5 CRÍTICAS E REFLEXÕES.....	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo, narrativas elaboradas por grupos hegemônicos priorizaram identidades/grupos étnicos e sociais específicos, em detrimento de outros tantos, relegando-os à invisibilidade e ao apagamento; todavia, recentemente variados campos da Ciência têm se debruçado sobre as chamadas minorias¹, dando destaque a suas existências em um trabalho de reelaboração identitária. Se, até meados do século XX, os agentes sociais considerados dignos de nota costumavam ser majoritariamente homens (e, em geral, brancos, cisgêneros e heteronormativos), um cambiamento de direção foi tomando forma nas últimas décadas, ampliando-se o olhar para demais atores e para temas até então pouco explorados, conforme bem aponta Vainfas (1996). População negra, povos originários, pessoas com deficiência, mulheres, refugiados, analfabetos, crianças, idosos, indivíduos pertencentes ao universo LGBTQIA+, dentre outros, começaram a também ser considerados detentores de papel ativo em termos de construção e manutenção social; isso, frise-se, também se deve aos tensionamentos decorrentes das lutas e reivindicações suscitadas por tais grupos.

Stuart Hall (2006, p. 38-39) vislumbra a identidade enquanto algo em constante formação, considerando também elementos externos e a visão dos demais. Portanto, a construção identitária de um indivíduo é tida como processo cumulativo, em cuja base se encontram as experiências vividas e o acesso a narrativas que contemplem tal pessoa. Necessário salientar que tais narrativas, nos mais diversos âmbitos (familiares, escolares/acadêmicos, laborativos), são oriundas de relatos orais e de fontes escritas. Assim, não é demasiado afirmar que, justamente por propiciar a construção da identidade, atrelam-se as narrativas também à elaboração do senso de pertencimento, ainda mais no caso de grupos minoritários: afinal, levam a autoconhecimento, a entendimento sobre os contextos nos quais tais grupos se encontram inseridos e a identificação de trajetórias possíveis de serem desenvolvidas e trilhadas. Não à toa, Hall (2006, p. 88-89) refere

1 O conceito de minoria, em tal contexto, diz respeito a um aspecto qualitativo, sem natureza numérica: refere-se a grupos cujos indivíduos possuem menor possibilidade e/ou facilidade de acesso a recursos necessários para sua manutenção e sua existência em geral. Sodré (2005), de forma bastante pedagógica, apresenta as características a serem consideradas ao se definir minoria, destacando-se a vulnerabilidade jurídico-social e a luta contra-hegemônica.

as "formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal", as quais são "produto de várias histórias e culturas interconectadas", unindo elementos advindos de suas origens com a realidade diante da qual se deparam; enquadrarse, aqui, grupos impactados por diásporas forçadas, englobando africanas e africanos traficados em contexto de escravização.

Todavia, às minorias foi negado e/ou dificultado, sistematicamente e por muito tempo, o acesso a narrativas diversas daquelas elaboradas por grupos hegemônicos, impactando não apenas no (re)conhecimento e na (re)elaboração de suas próprias histórias, mas no já mencionado processo de construção identitária, com reflexos inclusive na validação de suas existências e no exercício de sua cidadania. Ignorar o passado e não ter conhecimento sobre seus pares afeta negativamente quanto à percepção de si próprio, à compreensão do contexto em que se está inserido e à identificação de potencialidades e possibilidades.

Entretanto, como a Arquivologia se conecta a tal processo de elaboração de identidade, em especial daqueles que por tanto tempo foram alvo de apagamento e de invisibilização? A partir do momento em que à sociedade é possibilitado ter conhecimento dos documentos custodiados por instituições arquivísticas (e de seu teor propriamente dito), propicia-se o acesso a fontes de informação que podem inclusive levar ao questionamento de narrativas até então conhecidas e reproduzidas. E, quando às minorias é propiciado acessar documentos que as contemplem e que também as refiram como parte da sociedade e como agentes ativos em sua construção e manutenção, possibilita-se também complementar a formação de suas identidades e validar suas existências.

Quando se trata de documentos manuscritos, uma das formas de acessar seu teor se dá por meio da transcrição paleográfica. A depender do estado do suporte utilizado para a feitura de um documento, pode ser recomendado evitar manuseio recorrente, para que não se deteriore mais; e, a depender do padrão de letra de quem o redigiu e do contexto em que foi elaborado, sua compreensão pode se tornar deveras complexa a quem não possua familiaridade com documentos de tal natureza. Assim, a transcrição paleográfica impacta positivamente na conservação do suporte em si, visto que o contato com o documento original pode se limitar a casos pontuais, e facilita o processo de leitura e de compreensão das

informações nele registradas. Portanto, tem-se a Paleografia como aliada da Arquivologia, em especial diante de documentos manuscritos mais antigos: contribui para a conservação, ao permitir conhecer seu teor preservando os originais, e pode levar à promoção do acesso e da difusão do que foi grafado, ao facilitar a compreensão de seu conteúdo por uma gama maior de pessoas.

Para além de transcrições paleográficas servirem como instrumentos para difusão, resta claro que a Paleografia não é mera aliada da Arquivologia: também pode exercer uma função social. E tal natureza se percebe quando transcrições paleográficas passam a ser uma forma de promover e de propiciar o acesso e a difusão de documentos que permitam a elaboração de narrativas envolvendo indivíduos e grupos diversos - ainda mais aqueles que, costumeiramente, foram relegados às margens da história. Tomar conhecimento da existência de tais documentos, bem como saber onde se encontram custodiados e que há outros similares passíveis de serem acessados, são resultados de tal atividade.

O tema da presente pesquisa reside na transcrição paleográfica de registros de alforria e, complementarmente, em breve e respectiva análise paleográfica, com a intenção de dar acesso e de comunicar seu conteúdo, bem como de refletir sobre a presença negra no Rio Grande do Sul nos primórdios de sua ocupação territorial capitaneada pela Coroa Portuguesa, com maior foco na década de 1760. Unem-se, assim, Paleografia e Arquivologia, sendo esta Ciência Social Aplicada, considerando documentação de um contexto delimitado em aspectos geográfico e temporal.

Realizar-se-á transcrição paleográfica de 3 (três) registros de alforria lançados no Livro 1 do Registro Geral da Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro², custodiado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), bem como breve análise paleográfica de tais documentos. A partir de então, bem como considerando o teor dos documentos transcritos e pesquisa bibliográfica e documental, pretende-se explorar os seguintes **problemas de pesquisa**:

a) O que eram as cartas de alforria?

2 Até o início do presente trabalho, o Livro 1 era referido como pertencente ao 1º Tabelionato Público, Judicial e Notas de Porto Alegre; todavia, a partir de questionamentos feitos pelo autor ao corpo funcional de arquivistas do APERS, foi verificada a necessidade de ajuste quanto a fundo e série a que pertence o aludido Livro 1. Em troca de mensagens eletrônicas entre o autor e o APERS, datada de 28 de fevereiro de 2023, foi informada a realização da alteração pertinente, de modo que a partir de então o Livro 1 pertence à série "Registro dos atos da Câmara" e, por sua vez, ao fundo "Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro".

- b) Como era o processo de obtenção da alforria por parte dos escravizados?
- c) A alforria era um meio que dava acesso direto à cidadania para aqueles até então escravizados, no contexto estudado?

Assim, o **objetivo geral** do presente trabalho reside na elaboração de transcrição paleográfica de 3 (três) registros de alforria lançados no Livro 1 do Registro Geral da Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro, custodiado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), bem como em breve análise paleográfica de tais documentos, refletindo a partir de então sobre a escravização, a presença negra e o acesso à liberdade na década de 1760 na então Capitania de São Pedro do Rio Grande, atualmente Rio Grande do Sul.

Para além do objetivo geral a ser alcançado, tem-se os seguintes **objetivos específicos**:

1. investigar o tema da escravização e da liberdade, por meio dos registros de alforria, no Rio Grande do Sul do século XVIII, com foco na década de 1760;
2. indicar vestígios da trajetória da presença negra na sociedade gaúcha durante o século XVIII, a partir de pesquisa bibliográfica e documental;
3. contribuir com a difusão do conteúdo de alguns dos primeiros registros de alforria preservados no contexto sul-rio-grandense, sob custódia do APERS.

O tema a ser desenvolvido possui uma miríade de fatores a justificar sua escolha. A Paleografia acompanha o autor do trabalho em comento há muito anos, desde os primeiros passos em suas pesquisas genealógicas, havendo grande intimidade de sua parte com manuscritos diversos, geralmente custodiados em arquivos permanentes. O autor aprofundou sua relação com a Paleografia a partir do ano de 2020, quando começou a atuar, enquanto voluntário, no grupo de pesquisas paleográficas, filológicas e históricas *Modus Scribendi*³, coordenado pela pesquisadora Dra. Alícia Duhá Lose⁴, professora associada do Instituto de Letras e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em tal grupo, esteve o autor focado em projeto específico, relacionado à "constituição de um modelo de leitura automatizada em Língua Portuguesa para o aplicativo *Transkribus*", plataforma⁵ na qual "os

3 Perfil na plataforma CNPq. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2837782098868334>. Acesso em: 18 fev. 2023.

4 Perfil na plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0964619379855440>. Acesso em: 18 fev. 2023.

5 A plataforma *Transkribus* é acessível no sítio <https://readcoop.eu/transkribus/>.

pesquisadores têm ensinado a ferramenta a reconhecer as características da Língua Portuguesa" (MAGALHÃES, 2022, p. 289). Efetivamente, realizou-se a transcrição do teor de fólhos digitalizados de processos do Tribunal do Santo Ofício atinentes a Pernambuco datados do século XVII⁶, relacionando a inserção de cada linha transcrita à linha de texto correspondente da imagem digitalizada de cada fólho trabalhado. Ainda, um dos frutos resultantes de sua participação foi a elaboração e a publicação do artigo "Análise do Processo Inquisitorial do negro Pedro João: um resultado do projeto Várias Mãos e Muitas Penas", sendo um dos coautores⁷.

Optar pela transcrição paleográfica de alguns dos registros de alforria mais antigos no contexto gaúcho, sob custódia do APERS, possui relação direta com outra seara de grande importância, tanto para o autor quanto para a sociedade: a busca por fontes de informação que permitam (re)construir narrativas afetas a indivíduos e a grupos historicamente marginalizados, invisibilizados e silenciados. Mulheres, população negra e povos originários, indivíduos contemplados no universo LGBTQIA+, dentre outros: em que pese compoñham e contribuam para a sociedade na qual estamos inseridos, em diferentes intensidades foram e são relegados ao esquecimento e/ou foram e são alvo de injustos escrutínios por parte de grupos hegemônicos (em sua maioria, compostos por homens, brancos, cisgêneros e heteronormativos, com fácil acesso a educação formal e a demais recursos). Trabalhar com tais registros de alforria também se alia à difusão, uma das funções da Arquivologia: os documentos referidos, muitas vezes de difícil compreensão para quem não possui familiaridade com manuscritos de séculos anteriores, com vocabulário inusual e com padrões de letra incomuns à contemporaneidade, podem ter suas transcrições paleográficas utilizadas para divulgar seu conteúdo. As informações e os assuntos contidos e abordados, assim, tornam-se acessíveis à população em geral; e, em tomando conhecimento de sua existência, podem despertar o interesse de diferentes segmentos sociais para que sejam lançadas novas luzes às histórias que tais documentos permitem conhecer.

Ainda, tal trabalho tem a intenção de dar destaque e de reforçar a existência

6 Documentos custodiados pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sediado em Lisboa, Portugal, estando suas digitalizações disponíveis em <https://digitarq.arquivos.pt/>.

7 HOSOKAWA, A. B. S. *et al.* Análise do processo inquisitorial do negro Pedro João: um resultado do projeto Várias Mãos e Muitas Penas. In *LaborHistorico*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. v. 7, n. 3 (2021): Caminhos da Paleografia. p. 413-442. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/49393>. Acesso em: 12 set. 2022.

e a contribuição da população negra no Rio Grande do Sul desde seus primórdios, enquanto território ocupado mediante interesses da Coroa Portuguesa. Não é demasiado frisar que as origens açorianas, alemãs e italianas costumam ser fonte de orgulho para muitos gaúchos, porém pouco se valorizam indígenas que aqui estavam quando da invasão portuguesa, bem como negras e negros que foram traficados do continente africano e escravizados. Curiosamente, o Livro 1 do Registro Geral da Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro é o documento mais antigo sob custódia do APERS; e, após de seu termo de abertura, inicia tal livro justamente com uma escritura de alforria do ano de 1763, em que Ignacia Maria do Espírito Santo, até então escravizada, passaria à condição de alforriada⁸.

Compreende-se que a empreitada ora proposta não tem como representar a grande quantidade de documentos e a riqueza informacional relativas à presença negra em solo gaúcho, sendo a delimitação geográfico-temporal, bem como a quantidade de registros de alforria transcritos e analisados, justificadas tanto pela natureza e dimensão de um trabalho de conclusão de curso quanto pelos recursos disponíveis para sua elaboração. Ainda, ao realizar a transcrição e a análise paleográficas propostas, entende-se haver contribuições para além da produção científica: possibilitar a difusão do teor de alguns dos registros de alforria mais antigos do estado do Rio Grande do Sul ainda existentes e custodiados no APERS, e propiciar que mais pessoas possam, conforme seus interesses, tomar conhecimento de documentos similares e afins, reforçando narrativas com protagonismo de negras e de negros no Rio Grande do Sul.

8 Consoante publicação realizada no blog do APERS, disponível em <https://arquivopublicors.wordpress.com/2019/11/20/conservacao-do-documento-mais-antigo-do-apers-a-carta-de-liberdade-da-negra-inacia-maria-preservada-ha-256-anos-novembronegro/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

2 CONCEITOS E REFERENCIAIS

A escravização e a busca por liberdade no Brasil, com maior protagonismo em torno de negras e negros escravizados e alforriados, contemporaneamente tem sido tema de trabalhos de autoras e autores diversos, como Moreira e Tassoni (2007): em sua obra, a partir de documentação sob custódia do APERS, trazem relevantes informações sobre o tema, com foco em Porto Alegre/RS e abarcando os séculos XVIII e XIX. Quanto ao APERS, aliás, frise-se a elaboração dos Catálogos relativos aos "Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul": ao longo de 11 volumes, são apresentados e descritos mais de 600 mil documentos, em tal instituição arquivística custodiados, atinentes à escravização no solo gaúcho⁹. Em se tratando de dissertações, citam-se as de Aladrén (2008), Berute (2006), Gomes (2012) e Schantz (2009), nas quais se discorre acerca de escravização e liberdade no Rio Grande do Sul, com maior ou menor delimitação geográfica e temporal. Ainda no universo acadêmico, merece destaque o projeto "Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional", relacionado ao grupo de pesquisa "A experiência dos africanos e seus descendentes no Brasil"; tal grupo conta com nomes de relevo, como Helen Osório, Lucia Helena Oliveira Silva e Regina Célia Lima Xavier¹⁰. Chalhoub (2011) também é referência em tal seara, ampliando o escopo ao falar do Brasil em geral. Ainda, importante citar o atualíssimo e inovador Projeto Querino¹¹: iniciado em 2020 e lançado em 2022, é composto por um *podcast* (que, em 8 episódios, aborda a formação de nosso país sob ótica contra-hegemônica), bem como por reportagens e materiais afins; apresentando dados e problematizando temas relacionados à negritude no Brasil, soma-se a publicações, trabalhos acadêmicos e iniciativas institucionais. Em diversas frentes, discute-se o papel da população afro-brasileira, tanto na busca por liberdade quanto em aspectos sociais e familiares; especificamente quanto à alforria, passou-se a questionar se, em aspectos práticos, representava acesso à liberdade e à cidadania, problematizando ainda as intenções de quem alforriava. Assim, questiona-se a concessão de alforria como ato de boa

9 Os catálogos podem ser acessados em <https://www.apers.rs.gov.br/inicial>, sítio institucional do APERS.

10 Demais informações e publicações resultantes dos trabalhos de tal grupo de pesquisa podem ser acessados no sítio <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/>.

11 O "Projeto Querino" pode ser acessado no sítio <https://projetoquerino.com.br/>.

vontade de proprietárias e proprietários, bem como se a alforria por si só poderia permitir à população até então escravizada que se apropriasse de seu destino e decidisse viver e trabalhar onde e como melhor lhe parecesse.

Antes de seguirmos, cabe novamente referir Moreira e Tassoni (2007, p. 11): no que diz respeito à presença negra no Rio Grande do Sul, a historiografia é quase silente - os holofotes costumavam estar direcionados às "heranças e raízes européias". Portugueses, alemães e italianos, por exemplo, protagonizaram as narrativas em torno daqueles que para o solo gaúcho vieram e, graças a seu empenho e trabalho, construíram o estado do Rio Grande do Sul como hoje conhecemos¹². Como explicar tal situação? Segundo Moreira e Tassoni, "em parte essa invisibilidade sobre a participação do negro em geral e do escravo em particular na formação histórica do Brasil Meridional foi justificada pela inexistência de fontes primárias" (2007, p. 12). Todavia, não mais pode assim ser: afinal, "principalmente por meio de dissertações de mestrado e teses de doutorado, o público gaúcho tem tomado conhecimento da riqueza dos nossos arquivos históricos, museus e centros de documentação" (MOREIRA; TASSONI, 2007, p. 12). A dissertação de Berute, voltada à análise do "tráfico de escravos na Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, na passagem do século XVIII para o XIX" (2006, p. 4), é um bom exemplo. O autor demonstra que dentre os "escravos desembarcados na conjuntura de estabilidade do tráfico (1788-1802), em apenas 3% dos casos não foi possível definir sua origem", mas que quanto aos "que tiveram sua origem informada, 88% eram africanos" (BERUTE, 2006, p. 51); ou seja, as terras gaúchas receberam elevado percentual, dentre escravizados, de indivíduos afrodiaspóricos. Já a dissertação de Schantz, na qual expõe que "o estudo das relações familiares após a manumissão é também o estudo da reconstrução ou da consolidação de laços familiares, assim como das relações de amizade e companheiro entre libertos" (2009, p. 44), lança um olhar humanizado a esses atores sociais. A autora ainda menciona atividades profissionais recorrentes, especialmente dentre os alforriados,

12 No que diz respeito à presença lusa no Rio Grande do Sul, Gomes (2012, p. 18-20) refere diversos autores que utilizaram "tintas brancas" para redigir a história gaúcha, destacando, por exemplo, Valter Spalding e Francisco Riopardense de Macedo. Vale também citar, quanto aos portugueses, autores como Moacyr Domingues e Véra Lúcia Maciel Barroso. Em se tratando de alemães, menciona-se Carlos Henrique Hunsche, Hilda Agnes Hübner Flores e Telmo Lauro Müller, havendo vasta literatura acerca do processo de imigração e povoação, de sua genealogia e das atividades desempenhadas em solo gaúcho. Já quanto a italianos, encontra-se igualmente grande variedade de títulos e autores, dentre os quais citam-se Antonio Suliani e Rovílio Costa.

reforçando serem socialmente ativos: alimentação, marcenaria, carpintaria, alfaiataria, serviços domésticos, comércio (SCHANTZ, 2009, p. 84-85). Para além do universo acadêmico, também as instituições se mobilizam para dar visibilidade a fontes documentais relacionadas à população negra, como a já mencionada iniciativa dos Catálogos dos "Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul".

Avançando no tempo, mas ainda no século XVIII, deparamo-nos com mais uma importante informação: Gomes (2012, p. 36-37), ao discorrer sobre a população da então Capitania de Rio Grande de São Pedro no ano de 1780, expõe que, de quase 18 mil indivíduos, havia 5.102 escravizados - portanto, cerca de 28,5% de tal população. Também apresenta dados específicos de Porto Alegre, do ano de 1779, em que quase 40% da população à época era escravizada (GOMES, 2012, p. 40), percentual similar a Viamão no ano de 1788 (GOMES, 2012, p. 21). Por sua vez, Osório (2007, p. 3), a partir dos mapas de população custodiados no Arquivo Histórico Ultramarino, sediado em Lisboa, Portugal, explicita que, entre 1780 e 1807, o percentual da população escravizada com relação à população total variava de cerca de 28% a cerca de 35% no Rio Grande do Sul. Reitera-se, assim, a considerável presença negra em solo gaúcho no século XVIII.

Ainda que tardiamente, amplia-se o movimento de contestação ao monopólio eurocentrado dos holofotes quanto à construção e constituição da sociedade brasileira, reivindicando o protagonismo devido às populações negras e originárias. Nessa toada, vale referir docentes, cientistas e acadêmicas como Dra. Bárbara Carine Soares Pinheiro¹³, professora da UFBA e autora de "História Preta das Coisas: 50 Invenções Científico-Tecnológicas de Pessoas Negras", finalista na categoria do Prêmio Jabuti em 2022, e Kananda Eller Souza da Paixão¹⁴, mestranda na USP e produtora de conteúdo voltado à divulgação científica, comumente versando sobre tecnologias desenvolvidas por africanos e afrodiáspóricos. Ambas são exemplos de atuação no resgate, na difusão e na produção de conhecimento quanto à participação social ativa e às contribuições da população negra em geral.

Merece menção mais uma obra, intitulada "Páscoa Vieira diante da Inquisição: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII", escrita por

13 Perfil na plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6817182885628525>. Acesso em: 05 fev. 2023.

14 Perfil na plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4311299391685991>. Acesso em: 05 fev. 2023.

Charlotte de Castelnau-L'Estoile. Em que pese não discorra sobre alforria, não possua relação com o solo gaúcho e aborde contexto bastante diverso (e, *a priori*, não possua relação mais direta com o exposto anteriormente), revelou-se importante ao autor deste trabalho. Páscoa Vieira, escravizada angolana que fora traficada para a Bahia no século XVII, tem sua história contada a partir do processo instaurado pelo Tribunal do Santo Ofício, no qual é acusada de bigamia; diante de cruzamento com demais fontes, Castelnau-L'Estoile apresenta Páscoa como protagonista na busca por liberdade e inocência. O foco reside em uma mulher negra e escravizada, sem aparentes feitos eternizados pela história; marginalizada, mas apresentada de forma humanizada e não como agente passivo sem trajetórias próprias. Alinha-se, assim, aos propósitos do autor do trabalho em tela: estudar e trabalhar com documentos que apresentem narrativas de indivíduos e grupos minoritários. Ainda, certamente foi essencial possuir conhecimentos em Paleografia para escrever sobre Páscoa Vieira; do contrário, haveria extrema dificuldade em compreender o teor dos documentos analisados, especialmente manuscritos do século XVII. Saliente-se, outrossim, que tal processo está custodiado em uma instituição arquivística: o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sediado em Lisboa, Portugal. Por fim, o fruto do trabalho de Castelnau-L'Estoile acaba sendo um meio de difusão, tanto dos documentos estudados quanto da instituição arquivística custodiadora. Ao tomar conhecimento de fragmentos da história de Páscoa Vieira, é possível que usuárias e usuários procurem o Arquivo Nacional da Torre do Tombo visando acessar documentos similares, descortinando um véu e possibilitando conhecer realidades variadas, de personalidades comuns. Portanto, tal obra é fonte de inspiração: relacionando Paleografia e Arquivologia, reelabora a trajetória de uma mulher negra, escravizada e analfabeta, parte de grupos invisibilizados e marginalizados, trazendo à luz o que foi possível recuperar de sua narrativa pessoal.

Saindo da seara de publicações e trabalhos acadêmicos, mas abordando a realidade de grupos minoritários no Brasil, um importante passo reside na criação de alguns Ministérios sob a égide do atual Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da Medida Provisória n. 1.154¹⁵. Alinhando-se a um novo olhar para as minorias, bem como à proposição de políticas públicas que as vislumbrem e

15 Medida Provisória n. 1.154, de 1º de janeiro de 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1154.htm. Acesso em: 04 jan. 2023.

incluam, criaram-se quatro que merecem destaque: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Ministério da Igualdade Racial; Ministério das Mulheres; e Ministério dos Povos Indígenas. Ir além das discussões no ambiente acadêmico é essencial.

Uma vez percorridos sobre os temas relacionados ao presente trabalho, e objetivando agregar novos elementos às discussões que têm sido levantadas a respeito, propõe-se realizar transcrição paleográfica, acompanhada de breve análise paleográfica, de alguns dos registros de alforria mais antigos sob custódia do APERS, como forma de dar acesso e propiciar a difusão do inteiro teor de tais documentos e refletir sobre a presença negra no Rio Grande do Sul, especialmente na década de 1760. Não houve identificação de trabalho similar, relativamente a registros de alforria em solo gaúcho no século XVIII, o que demonstra tanto o ineditismo da proposição quanto a diferenciação relativamente a obras referidas. Para tanto, primordial desenvolver alguns conceitos.

Berwanger e Leal (2008, p. 15-16) apresentam várias definições de Paleografia, sintetizando-a como "estudo da escrita antiga"; entretanto, a questão temporal não é o foco, por não ser pacífica a definição de "antiga". Seu conceito se aprofunda quando afirmam que a Paleografia estuda "documentos e livros manuscritos, para permitir a sua leitura e transcrição". Quanto à transcrição paleográfica, é apresentada por Lose (2017, p. 79) como "a leitura do texto original e sua transposição em caracteres tipográficos/informáticos para leitura própria ou para leitura de outrem". Para a feitura da transcrição, Berwanger e Leal (2008, p. 99-104) apresentam as basilares normas técnicas estipuladas no I Encontro Nacional de Normalização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, ocorrido em 1990, e atualizadas no II Encontro Nacional de Normalização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, em 1993. Já no tocante à análise paleográfica, objetiva "informar as características dos documentos paleográficos, possibilitando uma virtual visualização dos aspectos que lhes são marcantes" (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 107); portanto, não trata de conteúdo informacional, mas sim de elementos como tipo de letra e de suporte utilizado. Por oportuno, explicitam a "relação estreita" entre Paleografia e Arquivologia, inclusive considerando que "indispensável se torna a leitura documental com o objetivo de proporcionar uma exata classificação e descrição do documento" (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 21).

Retomando o tema proposto, aborda-se difusão. Rousseau e Couture (1998,

p. 265) citam-na como uma das sete funções arquivísticas, essenciais para tal campo da ciência. Apesar da ausência de verbete específico no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, Rockembach (2015, p.100) aproxima o conceito de difusão aos de divulgação e disseminação da informação, sendo crucial para dar publicidade a fundos e itens documentais. Assim, difusão é o compartilhamento do teor do acervo pela entidade custodiadora, de modo a ultrapassar os limites de suas dependências e alcançar um público amplo. Visto que as instituições arquivísticas costumam ter seus serviços solicitados somente quando as usuáries e os usuáries possuem conhecimento dos documentos nelas custodiados e dos temas abordados, a difusão se mostra essencial justamente para que haja procura por parte da sociedade. Arquivos apenas possuem sentido ao cumprir com seu papel de comunicar o teor de seu acervo e ao serem consultados, distanciando-se da imagem de fonte reservada ao acesso de parcela restrita da população.

Eis agora outro conceito a desenvolver: o de carta de alforria. Conforme Aladrén (2008, p. 29), a carta de alforria "era um instrumento legal através do qual o senhor concedia liberdade a seus escravos", com previsão nas Ordenações Filipinas; assim sendo, era documento reconhecido por lei, expedido por proprietária ou proprietário, sendo a prova de que pessoas até então escravizadas passariam a ser consideradas legalmente livres¹⁶. No que diz respeito especificamente a cartas de alforria, cabe referir sua classificação em três categorias, segundo Moreira e Tassoni (2007, p. 20): pagas (em que há ressarcimento aos proprietários); condicionais (nas quais são estipuladas condições a serem observadas e/ou obrigações a serem cumpridas para a alforria se consumir); e sem ônus ou condição, ou gratuitas. Todavia, toma-se aqui a liberdade de considerar que as alforrias tidas como gratuitas devem ser classificadas como sem ônus ou condição adicional. Inserir o termo "adicional" ao se falar de alforria sem ônus ou condição, é o mínimo que se pode fazer para, ao menos no campo teórico, tornar explícito que a população negra foi mais do que onerada e explorada na condição de escravizada. Feita tal observação, cita-se agora Bellotto: ao relacionar as "espécies documentais mais usuais na administração pública e/ou na área notarial" (2002, p. 45), refere a carta de alforria como "documento diplomático testemunhal comprobatório,

16 Além das cartas de alforria, esta poderia ser concedida na pia batismal, declarando-se que o batizando estava alforriado, ou em disposição testamentária (ALADRÉN, 2008, p. 30). Todavia, tais modalidades não serão aqui desenvolvidas, por não serem o foco deste trabalho.

descendente", bem como "documento nominal comprovante de libertação de escravo, passado por autoridade notarial" (2002, p. 54). Assim, a carta de alforria é o testemunho de um ato jurídico que comprova concessão de liberdade a alguém até então escravizado. De todo modo, o objeto do presente trabalho não está em cartas de alforria propriamente ditas, mas sim em seus registros em livro notarial, realizados por autoridade competente para tanto. Aqui, aproveitamos para trazer o conceito de documento arquivístico, ou documento de arquivo, cuja menção é relevante por se inserir o presente trabalho no campo da Arquivologia. Segundo Bellotto (2006, p. 37), "os documentos de arquivo são produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal", surgindo "por motivos funcionais administrativos e legais", bem como tratando "de provar, de testemunhar alguma coisa". Visto que o registro de alforria, realizado por tabelião no transcurso de suas atividades, possui motivações como as de provar e testemunhar a vontade de proprietários quanto à libertação de escravizados, resta evidente sua natureza de documento arquivístico.

Também seria interessante conceituar escravização - entretanto, cita-se Rede *et al* (1998, p. 9), apontando para "a dificuldade de estabelecer um conceito de escravidão minimamente satisfatório". Aliás, a opção de aqui se utilizar a palavra "escravização" no lugar de "escravidão" se deve a alinhamento quanto à utilização das palavras "escravizada" e "escravizado" em detrimento de "escrava" e "escravo", salientando o caráter ativo do processo perpetrado por sobre a população afrodiáspórica. Voltando ao conceito de escravização, trata-se de algo demasiado complexo, pois dependente de variantes sociais, geográficas e temporais. Tem-se em mente que a condição de escravização se relaciona à privação de liberdade individual, sendo o trabalho da pessoa escravizada de natureza compulsória. Em se tratando de Brasil, Dias (2019, p. 251) remete à associação costumeira com o tráfico humano, a partir do continente africano, porém cabendo considerar os povos originários enquanto também explorados e com liberdades cerceadas. Reforçam-se, assim, "noções abstratas de escravidão e liberdade" (DIAS, 2019, p. 247), de modo a se optar por um entendimento mais generalista no trabalho em tela.

3 METODOLOGIA

Na presente seção, cinco tópicos são desenvolvidos: procedimentos científicos; fontes documentais; fontes bibliográficas; critérios para transcrição paleográfica; e critérios para análise paleográfica.

3.1 PROCEDIMENTOS CIENTÍFICOS

A pesquisa proposta, quanto à abordagem, possui natureza qualitativa. Conforme Silveira e Córdova (2009, p. 31-32), a pesquisa qualitativa se volta ao "aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc", objetivando "produzir informações aprofundadas e ilustrativas" e, ainda, "centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais". Outrossim, a questão numérica não se mostra importante na pesquisa qualitativa. Confirma-se ser esse o caso, visto a proposição de transcrição e análise paleográficas de alguns dos registros de alforria mais antigos do Rio Grande do Sul como forma de refletir sobre a presença negra em solo gaúcho e de promover a difusão de tais documentos.

Apesar do objeto de estudo residir em registros de alforria delimitados temporal e geograficamente (o que poderia indicar pesquisa aplicada), pretende-se "gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência", envolvendo "verdades e interesses universais" (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 34). Trata-se, portanto, de pesquisa básica: liberdade e escravização são temas de seara universal, difusão é função arquivística de interesse coletivo e se objetiva gerar conhecimentos úteis.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, pois visa "proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses" (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 35). A partir de transcrição paleográfica de registros de alforria, espera-se justamente fornecer subsídios que sirvam à aproximação entre a população interessada e o APERS e seu acervo, em especial os itens documentais atinentes à presença negra no Rio Grande do Sul. Relativamente aos procedimentos, trata-se de pesquisa baseada em bibliografia e análise documental, eis que abordadas referências teóricas e fontes documentais.

3.2 FONTES DOCUMENTAIS

Os registros de alforria que são objeto do presente trabalho estão no Livro 1 do Registro Geral da Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro, custodiado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). O termo de abertura do aludido livro, em sua folha 1r, informa que será utilizado pelo Tabelião Ignacio Ozorio Vieira para o registro de notas. Trata-se, portanto, de um livro destinado aos lançamentos efetuados por um tabelião, dotado de fé pública.

Ao todo, o Livro 1 possui 129 lançamentos registrados (para além do termo de abertura e do termo de encerramento), distribuídos do seguinte modo:

Quadro 1 - Tipos de lançamentos registrados no Livro 1

Tipo	Quantidade
Lançamento de Procuração	77
Lançamento de Carta de Alforria	16
Lançamento de Crédito	12
Lançamento de Escritura de venda	3
Lançamento de Recibo	3
Lançamento de Escritura de doação	2
Lançamento de Obrigação	2
Lançamento de Bilhete	1
Lançamento de Carta de Ordem	1
Lançamento de Conhecimento	1
Lançamento de Letra	1
Lançamento de Portaria	1
Lançamento de Relação de animais	1
Lançamento de Sesmaria	1
Não identificado pelo autor do trabalho	7

Fonte: elaborado pelo autor.

Dos lançamentos constantes no Livro 1, há 7 cujo tipo não foi possível definir, restando assim 122 lançamentos identificados. Destaca-se que, dos registros identificados, 77 são lançamentos de procuração (63,11% do total), estando em segundo lugar os lançamentos de alforria, sendo 16 ao todo (13,11% do total).

Saliente-se, aliás, que Moreira e Tassoni (2007, p. 97) referem 11 cartas de alforria lançadas no Livro 1, cada qual com um verbete; por sua vez, como acima exposto, pelo autor do presente trabalho foram identificados 16 lançamentos de tal natureza. Cruzando dados obtidos diretamente do Livro 1 com aqueles apresentados por Moreira e Tassoni (2007, p. 97), apresenta-se o quadro a seguir:

Quadro 2 - Nominata, tipo de alforria e localização no Livro 1

Nominata de alforriados(as)	Tipo de alforria	Fólios
Ignacia Maria do Espírito Santo	Sem condição ou ônus adicional	2r e 2v
Rita	Mediante pagamento	2v a 4r
Antonio, Rosa, Miguel e Anna	Informação não identificada	5v e 6r
Manoel* e Josefa	Condicional	6v e 7r
Maria**	Mediante pagamento	17r a 18r
Catarina	Sem condição ou ônus adicional	24r e 24v
Pedro	Mediante pagamento	36r e 36v
Manoel e Felipa	Condicional	100r a 101r
Antonia	Mediante pagamento	110v e 111r
Manoel**	Condicional	112r a 113r
Maria**	Mediante pagamento	117v a 118v
Albano	Mediante pagamento	122v e 123r
Esperança e sua filha Albana**	Sem condição ou ônus adicional	125v e 126r
Maria e seu filho Floriano**	Sem condição ou ônus adicional	128v e 129r
Izabel	Sem condição ou ônus adicional	131v a 133r
Joaquina Izabel	Condicional	139v a 140v
* é referido como Francisco, e não Manoel, por Moreira e Tassoni (2006, p. 97).		
** lançamentos não mencionados por Moreira e Tassoni (2006).		

Fonte: elaborado pelo autor.

Uma vez referidos os registros de alforria lançados no Livro 1, importante citar o critério adotado para seleção daqueles que são objeto do presente trabalho. Inicialmente, tinha-se como pretensão abordar o primeiro e mais antigo de todos os registros lançados no aludido livro (atinentes a Ignacia Maria do Espírito Santo), bem como mais dois registros com características distintas, em especial no tocante à existência ou não de condições impostas por quem estava concedendo a alforria.

Assim, a transcrição paleográfica e a análise correspondente recairiam sobre um registro de alforria sem condição ou ônus adicional (situação na qual se enquadra a referida Ignacia), um de alforria condicional e um de alforria paga. Após sucessivas consultas presenciais ao Livro 1 nas dependências do APERS, percebeu-se a necessidade de alterar a pretensão original: o delicado estado de conservação e a existência de fólhos deteriorados, corroídos e com tinta pouco visível levou à opção por registros em melhor condição de leitura, ainda mais considerando as limitações de recursos (desde tempo para realização do presente trabalho até acesso a ferramentas tecnológicas). Desse modo, em vez de registros com características distintas no que tange ao tipo de alforria, realizou-se a seguinte seleção:

Quadro 3 - Registros de alforria selecionados pelo autor

Nominata de alforriados(as)	Tipo de alforria	Fólhos
Ignacia Maria do Espírito Santo	Sem condição ou ônus adicional	2r e 2v
Catarina	Sem condição ou ônus adicional	24r e 24v
Manoel e Felipa	Condicional	100r a 101r

Fonte: elaborado pelo autor.

3.3 FONTES BIBLIOGRÁFICAS

A seguir, apresenta-se quadro com levantamento bibliográfico atinente a conceitos e/ou temas afetos ao trabalho em tela, elaborado pelo autor no decorrer do projeto e no início da feitura do trabalho propriamente dito. Tal quadro foi composto tanto a partir de mapeamento em plataformas de viés acadêmico¹⁷, mediante busca por expressões e palavras-chave representativas de tais conceitos e/ou temas (e que se encontram na primeira coluna do quadro em comento), quanto a partir de bibliografia já conhecida pelo autor e cujo acesso se deu especialmente no decorrer da graduação.

¹⁷ Citam-se, aqui, 3 (três) plataformas: BRAPCI - Base de Dados em Ciência da Informação, acessível em <https://www.brapci.inf.br/>; Google Scholar, acessível em <https://scholar.google.com.br/>; e LUME - Repositório Digital da UFRGS, acessível em <https://lume.ufrgs.br/>.

Quadro 4 - Levantamento Bibliográfico: temas/conceitos afetos ao TCC

Conceitos/Temas	Levantamento Bibliográfico
Paleografia	<p>BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. Noções de Paleografia e de Diplomática. 3. ed. rev. e amp. Santa Maria: Ed. UFSM, 2008. 128 p.</p> <p>FLEXOR, M. H. O. Abreviaturas: manuscritos e documentos luso-brasileiros, séculos XVI ao XX. 5. ed. rev. e aum. Curitiba: CRV, 2019. 738 p.</p> <p>LOSE, A. D. Critérios para transcrição e preparação de edição semidiplomática de textos manuscritos modernos. Centro de Pesquisa e Documentação do Livro Raro (CEPEDOP). Salvador: Memória e Arte, 2019.</p>
Diplomática	<p>BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 320 p.</p> <p>BELLOTTO, H. L. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Nacional, 2002. 120 p (Projeto Como Fazer, 8).</p> <p>RODRIGUES, A. C. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.</p> <p>TOGNOLI, N. B. A construção teórica da Diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como submissão de estudos arquivísticos. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.</p>
Difusão	<p>BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 320 p.</p> <p>ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun.,</p>

	<p>2015.</p> <p>ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p.</p>
<p>Alforria; Escravidão; Escravização; Meios de obtenção de liberdade.</p>	<p>ALADRÉN, G. Liberdades negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.</p> <p>CHALHOUB, S. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 359 p.</p> <p>GOMES, L. C. Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772 - 1802. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.</p> <p>MOREIRA, P. R. S; TASSONI, T. S. Quem com seu trabalho nos sustenta – As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748-1888). EST Edições. 2007.</p> <p>SCHANTZ, A. P. D. Libertos no Rio Grande de São Pedro: Porto Alegre e Viamão no final do século XVIII e início do século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Saliente-se que nem todas as fontes bibliográficas acima foram efetivamente utilizadas para a realização do trabalho propriamente dito - todavia, serviram como base para refletir sobre os tópicos desenvolvidos e para definir os rumos a serem ou não seguidos. De todo modo, não constam na seção final, destinada às Referências, as fontes bibliográficas que, embora referidas no quadro acima, não tenham sido de fato consideradas no decorrer da pesquisa proposta. Saliente-se, por outro lado, que outras fontes bibliográficas, não mencionadas no quadro acima, foram consultadas

no decorrer da elaboração do trabalho, constando portanto na aludida seção final.

3.4 CRITÉRIOS PARA TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA

Relativamente às transcrições paleográficas propostas no presente trabalho, foram observadas as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos, em vigência a partir de 1993, conforme constante em Berwanger e Leal (2008, p. 100-104), com adaptações. Assim, seguem os critérios utilizados:

- Adoção do modelo de translineação, com numeração sequencial de cinco em cinco até o final do documento a partir da primeira informação registrada por *scriptor* no fólio, referida tal numeração à margem esquerda;
- Numeração de páginas conforme o documento original, indicando a mudança de cada uma, entre colchetes e no meio do texto, incluindo-se o verso;
- Manutenção da divisão paragrafada do documento original;
- Desenvolvimento das abreviaturas, indicando acréscimos em itálico e grifado;
- Manutenção da ortografia original, mantendo-se fiel ao manuscrito;
- Manutenção da acentuação e da pontuação originais;
- Separação de palavras grafadas unidas indevidamente e união de letras ou sílabas grafadas separadamente, mas de forma indevida. Excetuam-se os pronomes enclíticos, mesoclíticos e proclíticos, que deverão ser mantidos ao verbo caso assim se apresentem;
- Manutenção do sinal de nasalização ou til, desde que represente o valor *m* ou *n*, sem desdobramentos, transcrito sobre a letra em que foi grafado;
- Transcrição, entre colchetes e grifadas, de letras e/ou palavras ilegíveis ou corroídas cuja reconstituição da informação é passível de realização;
- Indicação, entre colchetes e grifada, da palavra "ilegível", quanto a letras e/ou palavras ilegíveis, cuja reconstituição da informação se mostra inviável;
- Indicação, entre colchetes e grifada, da palavra "corroído", quanto a letras e/ou palavras corroídas, cuja reconstituição da informação se mostra inviável;
- Transcrição em grifo de assinaturas e rubricas, mantendo eventuais abreviaturas.

3.5 CRITÉRIOS PARA ANÁLISE PALEOGRÁFICA

No que diz respeito à análise paleográfica, igualmente foram tomadas como diretrizes aquelas apresentadas por Berwanger e Leal (2008, p. 107-108), adaptando-as e sintetizando-as. Ainda, seguir-se-á a divisão proposta pelos aludidos autores: aspectos gráficos, aspectos materiais e aspectos complementares.

3.5.1 Aspectos gráficos

- Tipo de letra, informando a família a que pertence;
- Ângulo da escrita em relação à pauta (perpendicular, tombada à esquerda ou tombada à direita);
- Uso de letras maiúsculas e/ou minúsculas e sua disposição;
- Uso de pontuação ou sua ausência;
- Uso de acentuação ou sua ausência.

3.5.2 Aspectos materiais

- Suporte de escrita;
- Encadernação;
- Dimensão;
- Estado de conservação.

3.5.3 Aspectos complementares

- Época/datação do documento;
- Local de origem do documento;
- Localização em arquivo.

4 TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICAS

Uma vez finalizada a seção atinente à Metodologia, inicia-se esta, destinada à apresentação de forma individualizada da transcrição paleográfica dos 3 (três) registros de alforria mencionados no Quadro 3 e, após, breve análise paleográfica.

4.1 TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA

Conforme proposto, serão apresentadas as transcrições paleográficas dos registros de alforria selecionados, conforme Quadro 3. Convencionou-se denominar de Manuscrito 1 o registro de alforria de Ignacia Maria do Espírito Santo; de Manuscrito 2 o registro de alforria de Catarina; e de Manuscrito 3 o registro de alforria dos irmãos Manoel e Felipa.

Para melhor compreensão, é apresentado um quadro de identificação atinente ao registro trabalhado, seguido da respectiva transcrição paleográfica e, após, registros fotográficos realizados pelo autor do trabalho dos fólhos correspondentes.

Quadro 5 - Identificação do Manuscrito 1

Resumo	Escritura de alforria concedida por Antonio Gonçalves Padilha a Ignacia Maria do Espírito Santo, parda
Data tópica	Capela de Viamão, Rio Grande do Sul, Brasil
Data cronológica	17 de setembro de 1763
Assinaturas identificadas	Antonio Gonçalves Padilha, Francisco Jozê da Costa, Domingos da Silva Guim(ilegível)
Entidade custodiadora	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
Fundo	Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro
Série	Registro dos atos da Câmara
Item documental	Livro 1 do Registro Geral da Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro, fólhos 2r e 2v

Fonte: elaborado pelo autor.

34 [al]guma e qu[e] para major [ilegível] [corroído]

[fl.2v]

[corroído] [ilegível]egando as Justicas de Sua Magestade lhedem [ilegível]a af[corroído]

carg[corroído] por fazer esta Alforia Remover at[ilegível]ia [ilegível]servi na forma que dito tem e nestes termos pediu a mim Ta[corroído] lhefizesse este Instrumento nesta notta que depois [de]

5 escripto lholi e aseitou e eu Tabaliaõ aseito em nom[e] da dita liberta em que assignou sendo Testemunhas presentes Francisço José da costa - Domingos da Silva guimareis reconhecidos de mim Tabaliaõ Ignacio Ozorio Vieira que asjnei

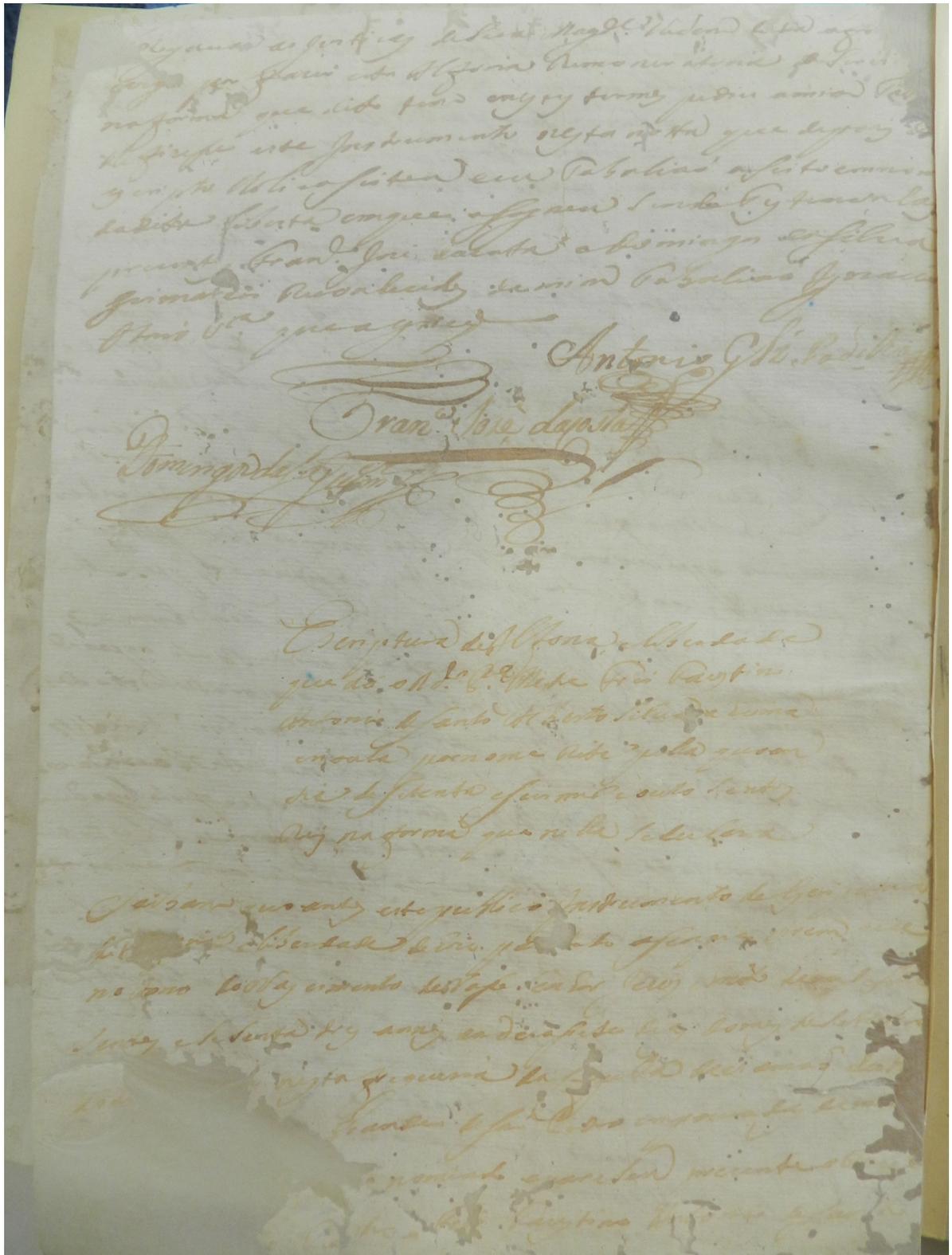
10

Antonio Glz'. Padilha

Franco. Jozê da Costa

12 Domingos da Sa. Guim[ilegível]

Figura 2 - Livro 1, fólio 2v.



Fonte: APERS. Fotografia do autor.

Quadro 6 - Identificação do Manuscrito 2

Resumo	Lançamento de carta de alforria concedida pelo padre Manoel Henriques a Catarina, crioula
Data tópica	Arraial de Viamão, Rio Grande do Sul, Brasil
Data cronológica	20 de fevereiro de 1764
Assinaturas identificadas	Ignacio Ozorio Vieira, Francisco da Costa Villaça
Entidade custodiadora	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
Fundo	Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro
Série	Registro dos atos da Câmara
Item documental	Livro 1 do Registro Geral da Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro, fólhos 24r e 24v

Fonte: elaborado pelo autor.

[fl.24r]

Lancamento de hum papel de
Alforia pacado pello Reverendo Padre Ma
noel Henriques a huma crioula
por nome catarina o qual hé
do theor seguinte

5

Digo eu o Padre Manoel Henriques que eu posuo hum[a] escr
ava por nome catarina crioula a qual por me ter servido
bem a dou de hoie para todo o senpre por forra e livre com
se forra nasese, e por ser minha vontade meos herdeiros ou
10 Testamenteiros em tenpo algum naõ a poderaõ cativar, e pode
hir para onde munto lhepareser e peso as Justicas de sua
Magestade lhedem todo o favor s[ilegível]ro ou ajuda sendo
lhe nesessario e por ser verdade lhepasei esta hoie [quatro]
de Feveiro de mil e setesentos e sesenta quatro annos o Pa
15 dre Manoel Henriques // Reconheco a letra e firma da Al
foria supra ser tudo feito pella propria maõ do Reve
rendo libertador pello ter visto escrever muntas vezes [corroído]
Rajal de viama[o] vinte de Feveiro de mil e setesentos e se
19 senta quatro annos em Testemunho de verdade lugar

[fl.24v]

lugar de signal publico Ignacio Ozorio vieira e nao se[ilegível]
 tinha mais em o dito papel de Alforia que eu sobredit[o]
 Tabaliaõ aqui Trasladei bem fielmente do proprio
 o que me Reporto com qual este corri conferi escrevi e a
 5 signei e Consertei neste aRajal de viamaõ aos vinte
 dias do mes de Feveiro de mil e setesentos e sesenta
 quatro annos e deComo Francisco da Costa vilaca Re
 cebeu o dito deComento asign[ilegível] sobredito Taba
 liaõ odeclarej

10

Ignacio Ozorio vra.

consertado como proprio
 por mim Tabaliaõ

14

Ignacio Ozorio vra.Franco. da Costa Villaça

Quadro 7 - Identificação do Manuscrito 3

Resumo	Escritura de alforria concedida por Euzebio Alves de Souza a seus filhos Manoel e Felipa, pardos
Data tópica	Arraial de Viamão, Rio Grande do Sul, Brasil
Data cronológica	29/04/1765
Assinaturas identificadas	Euzebyo Alves de Souza, Sebastião Alves Ribeiro, Joze Gracia Suares
Entidade custodiadora	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
Fundo	Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro
Série	Registro dos atos da Câmara
Item documental	Livro 1 do Registro Geral da Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro, fólhos 100r, 100v e 101r

Fonte: elaborado pelo autor.

[fl.100r]

Esriptura de Alforia e liberdade
que dá Euzebio Alves de Souza a dous
filhos pardos seos pardos hum por no
5 me Manoel e Felipa Mulati
nha na forma que nella sedeclara

Saibam quoantos este publico Instrumento de escriptura
de Alforia condecional virem que no Anno do Nasci
mento de Nosso Senhor Jesus christo de mil e setesentos e se
10 senta e sinco annos aos vinte nove dias do mes de Abril
do dito anno neste aRajal de viamaõ continente do Rio
grande de Saõ Pedro em pouzadas de mim Tabeliam
aodiante nomiado apareseu prezente Euzebio Alves
de Souza offeçial de serralheiro pessoa que o [ilegível]heco
15 pello proprio aqui nomiado e por elle me [foi] dito [perante]
as Testemunhas aodiante nomiadas e assignadas que elle
entre os mais Escravos de que he senhor he bem asi a
hum Pardo por nome Manoel off[e]cial de [serralheiro]
19 e Phelipa Parda s[ilegível] [corroído] [ilegível] filhos de [corroído]

[fl.100v]

De huma Preta pronome Antonia de nação Mina

Escrava delle libertador, e por que estava certo e siem
 te que o dito Pardo Manoel e sua Irmam Phelipa
 heram seos filhos e o dito Pardo pello dito officio lhe tinha
 5 ajudado a ganhar o que pussuhia sendo lhe senpre
 munto dedicado e nao menos a dita Parda Phelipa
 sua Irmam e que em atencaõ a estes servissos co[ilegível]
 gacaõ o que o move de serem anbos seos filhos e por tais
 senpre os Reconhesseu disce queria que depois de seu
 10 falecimento ficassem forros e libertos como se assim
 o houvessem nacido do ventre da sua Maj sem que pe
 soa alguma herdeiros Testamenteiros e os mais sem a[ilegível]
 caõ lhepossam enpedir e desse tempo de falessimento delle
 libertador em diante poderam hir para onde munto
 15 lhepareser usar da sua extencaõ sem enpedimento
 e[ilegível] de oservirem e acompanharem emquoanto for vivo
 na forma ja declarada e que pedia eRogava as Jus
 ticas de sua Mage~~stade~~ lhefacaõ ter toda aforca e vigor
 por fazer esta Alforia munto de sua vontade e sem
 20 constrangimento de pesoa alguma e que obrigava sua
 pesoa e bens a ficarem estes sugeitos a defender [ilegível]
 [de] Extincaõ e de como assim o disce me pediu lhe
 fizesse este Instrumento que aseitou e eu Tabali[am]
 aseito em nome dos ditos libertos aubzente o direito
 25 [ilegível]ta em que assignou sendo Testemunhas prezen
 [tes] Sebastiano Alves Ri[beiro] Joze Gracia Soares
 27 [ilegível]nhecidos de mim Tabaliam Ignacio Oz[orio]
 [fl.101r]

101
B[it]ancur

Ignacio Ozorio Vieira que o escrevi
Euzebyo Alz de Souza
 5 Sebastiaõ Alz' Ribro. Joze Gracia Soares

4.2 ANÁLISE PALEOGRÁFICA

Uma vez realizada a transcrição paleográfica dos documentos selecionados, apresenta-se a seguir breve análise paleográfica, a qual se encontra dividida, conforme os critérios anteriormente apresentados, em três partes: aspectos gráficos, aspectos materiais e aspectos complementares.

4.2.1 Aspectos gráficos

Os documentos que foram transcritos, e ora objeto de análise paleográfica, foram redigidos com letra humanística, sendo esta "usual até hoje desde o século XVI" (BERWANGER; LEAL, p. 68). Saliente-se, outrossim, que se trata de letra humanística cursiva. O ângulo da escrita, relativamente à pauta, é tombada à direita.

Há uso de maiúsculas e de minúsculas, embora nem sempre seja observado o uso de maiúsculas em nomes próprios: é o caso de "viamao" (Manuscrito 1, fólio 2r, linha 12) e de "catarina" (Manuscrito 2, fólio 24r, linhas 4 e 7), por exemplo. Também se observa o uso de maiúsculas em palavras que usualmente seriam grafadas com minúsculas, e que não se encontram em início de linha, de parágrafo ou de frase: "Parda" (Manuscrito 1, fólio 2r, linha 22), "Fevereiro" (Manuscrito 2, fólio 24r, linha 14) e "Testamenteiros" (Manuscrito 3, fólio 100v, linha 12), dentre outras.

No que diz respeito a sinais de pontuação, não foram identificados pelo autor, conforme se percebe na própria transcrição paleográfica apresentada. Relativamente ao uso de acentuação, o que se identifica é o uso de "~" (til), geralmente sobre a letra "o" e não sobre a letra "a": é o caso, por exemplo, de "viamaõ" (Manuscrito 2, fólio 24v, linha 5), de "Tabaliaõ" (Manuscrito 1, fólio 2r, linha 14) e de "Extincaõ" (Manuscrito 3, fólio 100v, linha 22). O acento agudo, praticamente não utilizado pelo *scriptor*, foi identificado em "José" (Manuscrito 1, fólio 2v, linha 7). Ainda, há um acento com características de circunflexo, apesar da sonoridade requerer acento agudo, na palavra "Jozê", parte de uma assinatura (Manuscrito 1, fólio 2v, linha 11).

Em que pese não estejam arroladas no tópico atinente aos aspectos gráficos, cabe referir o uso de abreviaturas nos manuscritos transcritos, devidamente

identificadas e confirmadas na obra de Flexor (2019), e desenvolvidas na transcrição paleográfica ora apresentada, em observância aos critérios estipulados. Poucas foram as abreviaturas identificadas, conforme adiante explicitado.

No Manuscrito 1, há o desenvolvimento das abreviaturas relativas a "liberdade" (fólio 2r, linha 3), "Magestade" (fólio 2v, linha 1), "Francisco" (fólio 2v, linha 7) e "Vieira" (fólio 2v, linha 9), referidas por Flexor (2019, p. 195-424). Quanto ao Manuscrito 2, desenvolveram-se as seguintes abreviaturas: "Reverendo Padre" (fólio 24r, linha 2), "Testamenteiros" (fólio 24r, linha 10), "Fevereiro" (constante no fólio 24r, linhas 14 e 18, e no fólio 24v, linha 6) e "Francisco" (fólio 24v, linha 7). Todas são mencionadas por Flexor (2019, p. 189-636). Por fim, o Manuscrito 3 traz apenas duas abreviaturas desenvolvidas na transcrição paleográfica respectiva, também identificadas nos manuscritos anteriores, conforme já citado: "liberdade" (fólio 100r, linha 1) e "Magestade" (fólio 100v, linha 18).

Um aspecto interessante a ser trazido diz respeito à numeração de páginas: os fólios do Livro 1 se encontram devidamente numerados, no recto, a lápis ou grafite, sendo tal numeração registrada no suporte em momento posterior à feitura dos documentos (o que se percebe, inclusive, por se tratar de letra bastante diversa das demais constantes nos termos de abertura e encerramento e nos lançamentos realizados pelo tabelião); de todo modo, também se verifica a existência de paginação realizada, em tese à época da feitura dos registros, coincidente com a numeração supracitada, e que em alguns fólios não é identificável em decorrência do estado de conservação do item documental.

4.2.2 Aspectos materiais

O Livro 1, no qual se encontram os registros de alforria que são objeto do presente trabalho, possui formato de códice¹⁸, encadernado e devidamente costurado, composto por 148 fólios, os quais possuem medida aproximada de 21,5 centímetros de largura por 29,5 centímetros de altura.

Cabe mencionar que o fólio 75 é sucedido pelo fólio 77; entretanto, a leitura do documento em questão (o registro de uma procuração) permite inferir ter

18 O termo "códice" é apresentado como "livro de registro" ou "conjunto encadernado de manuscritos avulsos", conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 51).

sido um mero equívoco no momento em que foi realizada a paginação, visto haver continuidade no teor do documento registrado sem falha ou prejuízo aparente.

Quanto ao suporte, trata-se de papel; presumivelmente é papel de trapo, considerando também o fato de que os documentos foram redigidos na década de 1760. Em virtude da deterioração sofrida, incluindo trechos corroídos, foi objeto de restauração - todavia, ainda apresenta delicado estado de conservação, devendo ser manuseado com bastante cuidado.

4.2.3 Aspectos complementares

O Livro 1, no qual se encontram registradas as alforrias aqui transcritas e analisadas, tem como datas extremas 16 de setembro de 1763 (conforme seus termo de abertura e de encerramento) e 08 de março de 1766, data do último registro realizado pelo tabelião. Relativamente aos registros propriamente ditos, datam de 17 de setembro de 1763 (Manuscrito 1), de 20 de fevereiro de 1764 (Manuscrito 2) e de 29 de setembro de 1765 (Manuscrito 3). Possuem, todos os registros de alforria em questão, origem na então freguesia de Viamão, também mencionada como Capela ou Arraial de Viamão.

Quanto à localização em arquivo, conforme já mencionado, encontra-se custodiado no APERS, pertencendo ao fundo "Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro" - e, dentro de tal fundo, à série "Registro dos atos da Câmara".

5 CRÍTICAS E REFLEXÕES

A partir das transcrições paleográficas elaboradas e constantes na Seção 4, é possível realizar um diálogo entre as informações por elas fornecidas e o que autoras e autores citados no decorrer do presente trabalho abordam em suas obras. Visto a Arquivologia ser uma Ciência Social Aplicada e ter caráter interdisciplinar, nada mais pertinente do que ir além das transcrições e refletir sobre seu conteúdo, considerando o contexto em que os registros de alforria se encontram inseridos. E, tendo em vista o objetivo geral e os objetivos específicos elencados na Seção 1, os registros de alforria de Ignacia Maria do Espírito Santo (Manuscrito 1), de Catarina (Manuscrito 2) e dos irmãos Manoel e Felipa (Manuscrito 3), permitem refletir acerca da presença negra já nos primórdios da ocupação do Rio Grande do Sul enquanto iniciativa dos colonizadores e com aval da Coroa Portuguesa. E tal processo de reflexão perpassa por discussões acerca de escravização, de alforria e de liberdade.

Realizada a explanação acima, retomemos o tema da alforria. Aladrén apresenta um conceito preciso: "a carta de alforria era um instrumento legal através do qual o senhor concedia a liberdade a seus escravos" (2008, p. 29). Era a carta de alforria, portanto, um meio de obtenção de liberdade, a partir do momento em que uma proprietária ou um proprietário registrava sua vontade quanto a escravizada ou a escravizado que até então era sua propriedade. Ainda, Aladrén faz uma importante menção: "Muitas vezes, o liberto, o ex-senhor ou outra pessoa interessada, de posse desta carta particular, a registrava em cartório, em livro de notas" (2008, p. 29). Nessas situações, realizava-se uma transcrição da carta de alforria, seguida por reconhecimento por parte do tabelião tanto da validade do documento quanto da veracidade de firmas apostas. É o caso do Manuscrito 2, em que há o lançamento da carta de alforria concedida pelo padre Manoel Henriques a Catarina; quanto aos Manuscritos 1 e 3, não são mero registros de cartas, pois os proprietários se dirigiram ao tabelião para que em livro de notas fossem registradas suas vontades, condicionadas ou não, relativamente à libertação de escravizados.

Conforme exposto no Quadro 2, foram localizados 16 registros de alforria no Livro 1, distribuídos quase que uniformemente do seguinte modo: 6 (seis) mediante pagamento; 5 (cinco) sem condição ou ônus adicional; 4 (quatro) condicionais; e 1 (um) sem tal informação identificada. Os registros de alforria de Ignacia Maria do

Espírito Santo (Manuscrito 1) e de Catarina (Manuscrito 2) se enquadram na categoria denominada "sem condição ou ônus adicional". No caso de Ignacia, a situação está apresentada entre as linhas 21 e 30 do fólho 2r, em especial no trecho a seguir reproduzido sem a translineação constante na transcrição paleográfica correspondente: "em atencaõ aos bons servissos / Zello e fedelidade que senpre achara na dita Parda e o / mais pello amor de Deos disse dava como de efeito logo deu / de hoie para todo o Senpre carta de Alforia e liberdade / a dita Parda Ignacia Maria do Espirito Santo". No caso de Catarina, a informação é até mais direta, constando entre as linhas 7 e 11 do fólho 24r, conforme este excerto: "por me ter servido / bem a dou de hoie para todo o senpre por forra e livre com / se forra nasese, e por ser minha vontade meos herdeiros ou / Testamenteiros em tenpo algum naõ a poderaõ cativar, e pode / hir para onde munto lhepareser". Assim sendo, tanto Ignacia quanto Catarina obtiveram a alforria sem necessitar, ao menos conforme os documentos transcritos, realizar qualquer pagamento e/ou cumprir com qualquer condição ou ônus adicional - ambas, por terem servido a seus até então proprietários com zelo e dedicação, possivelmente por diversos anos, poderiam a partir de então viver como se forras tivessem nascido.

Já o Manuscrito 3 apresenta um cenário completamente distinto, incluindo relações familiares. Euzebio Alves de Souza, em abril de 1765, concedeu alforria a seus filhos Manoel e Felipa (cujo nome também aparece grafado como Phelipa), ambos pardos e até então escravizados e sua propriedade. Ainda, os dois eram filhos dele com "huma Preta pronome Antonia de naçaõ Mina" (fólho 100v, linha 1), escravizada do próprio Euzebio. O alforriador reconheceu que Manoel e Felipa o auxiliaram em termos patrimoniais¹⁹ e que sempre foram a ele dedicados, bem como impôs uma condição: seus próprios filhos somente poderiam usufruir da alforria em questão após ele falecer, devendo ficar em sua companhia até então (fólho 100v, linhas 4 a 13). Cabe tecer alguns comentários, a partir do acesso a outras fontes documentais, sobre a configuração familiar do proprietário de seus próprios filhos escravizados. Euzebio Alves de Souza²⁰, casado com Luiza Maria²¹, teve ao menos 7 (sete) filhas legítimas nascidas de tal matrimônio, todas batizadas em Rio Grande:

19 Em tal documento é referido que o pardo Manoel, tal qual seu pai, era oficial de serralheiro (Manuscrito 3, fólho 100r, linha 14), exercendo ocupação ou atividade que permitia auferir lucro.

20 Também referido como Euzebio Alvares de Souza, Euzebio Alvares e Euzebio Alves.

21 Também referida como Luiza Maria de Affonseca.

Maria, em dezembro de 1743 ou janeiro de 1744²²; Anna, em 1º de maio de 1745²³; Narciza, em 08 de setembro de 1746²⁴; Euzebia, em 26 de agosto de 1747²⁵; Ignacia, em 10 de agosto de 1750²⁶; Marta, em 06 de agosto de 1752²⁷; e Laureanna, em 1º de abril de 1758²⁸. Examinando mais detidamente o primeiro livro paroquial de batismos de Rio Grande, localizam-se três registros importantes: de Antonia, em 12 de maio de 1743, "denaçam Mina, escrava de Euzebio Alves de Souza"²⁹ (e, possivelmente, a mãe de seus filhos pardos); de Manoel, em 27 de abril de 1745, "filho de Antonia preta de Nação Mina, Escrava de Euzebio Alvares, e de pai incognito"³⁰; e de Felipa, em 03 de setembro de 1747, "filha natural de Antonia Mina escrava de Euzebio Alves"³¹. As datas permitem confirmar que Manoel e Felipa foram concebidos durante a vigência do matrimônio de seu pai com Luiza Maria, sendo portanto adúlteros - no que diz respeito ao registro de batismo de Antonia, supondo que seja a mãe de ambos, poder-se-ia supor que tenha sido batizada adulta e talvez após ter sido comprada por Euzebio, o que somente mediante demais fontes documentais seria possível afirmar. Ainda, examinando o primeiro livro paroquial de óbitos de Rio Grande, mais um registro importante: "Antonia de nação Mina escrava de Euzebio Alvares de Souza" faleceu em 13 de agosto de 1751³²; salvo engano, trata-se justamente da progenitora de Manoel e Felipa, de modo que em tenra idade teriam ficado órfãos de sua mãe. Entre final da década de

22 Registro deteriorado, sendo muito difícil verificar a data do batismo; de todo modo, o registro imediatamente anterior é de dezembro de 1743, enquanto que o seguinte é de janeiro de 1744, presumindo-se assim que Maria foi batizada nesse intervalo. Registro disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69N-HC?i=51>. Acesso em: 05 fev. 2023.

23 Registro disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69J-9L?i=56>. Acesso em: 05 fev. 2023.

24 Registro disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69N-LD?i=61>. Acesso em: 05 fev. 2023.

25 Registro disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69K-JB?i=73>. Acesso em: 05 fev. 2023.

26 Registro disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69N-32?i=111>. Acesso em: 05 fev. 2023.

27 Registro disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69F-1S?i=130>. Acesso em: 05 fev. 2023.

28 Registro disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69J-RK?i=70>. Acesso em: 05 fev. 2023.

29 Registro disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69F-5T?i=46>. Acesso em: 05 fev. 2023.

30 Registro disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69J-9L?i=56>. Acesso em: 05 fev. 2023.

31 Registro disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69K-JB?i=73>. Acesso em: 05 fev. 2023.

32 Registro disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F691-1S?i=52>. Acesso em: 18 fev. 2023.

1750 e primeira metade da década de 1760, Euzebio e sua família se mudaram de Rio Grande para a região atendida pela Capela de Viamão - e mais alguns registros auxiliam a reconstituir tal história. Luiza Maria, esposa de Euzebio, faleceu em 12 de janeiro de 1765, ao passo que Euzebio faleceu em 28 de março de 1770, sendo ambos os óbitos registrados em Viamão³³. Considerando a condição imposta por Euzebio para a alforria de seus filhos havidos com Antonia, praticamente 5 (cinco) anos se passariam até que Manoel e Felipa pudessem passar à condição de alforriados. Tentando evitar o anacronismo, é no mínimo curiosa a relação de Euzebio com seus filhos Manoel e Felipa. Somente quando estes contavam, respectivamente, com cerca de 20 e 18 anos de idade, Euzebio, já viúvo, se dirigiu ao tabelião para registrar sua vontade de alforriá-los, referindo alguns predicados de ambos; todavia, condicionou que se mantivessem na condição de escravizados até sua morte (o que ocorreu apenas quase 5 anos depois, conforme já mencionado).

Merece destaque, ainda, justamente uma ausência de informações: nenhum dos registros de alforria transcritos refere os recursos com os quais Ignacia Maria do Espírito Santo, Catarina, Manoel ou Felipa contarão para seu sustento na condição de alforriados. Manoel e Felipa eram relativamente jovens (presume-se tenham nascido pouco antes de serem batizados), e ao menos ele possuía uma profissão: oficial de serralheiro (Manuscrito 3, fólio 100r, linha 18); ainda assim, o registro é silente sobre como seguiriam com suas vidas, em termos práticos. Em que pese não tenhamos mais informações acerca de idade, ocupação ou estado civil de Ignacia Maria do Espírito Santo e de Catarina, poderíamos igualmente nos questionar: como e com que recursos duas mulheres, após anos escravizadas, fariam para ter autonomia naquele contexto? Se considerarmos que o Livro 1 possui outros 6 (seis) registros em que a alforria foi concedida mediante pagamento aos até então proprietários, a situação se mostra ainda pior e mais cruel: afinal, mesmo após anos de exploração, e possivelmente batalhando para obter recursos financeiros por outros meios, tais pessoas escravizadas ainda precisavam dispor do pouco que deveriam ter para poder escapar dessa condição degradante. Será que a alforria concedida a tais indivíduos seria de fato sinônimo de liberdade, de independência e de cidadania? Infere-se que não, dados os argumentos apresentados. De todo

³³ Registros disponíveis, respectivamente, em <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H298-T1?i=55> e em <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H29D-MJ?i=79>. Acesso em: 05 fev. 2023.

modo, a análise de maior quantidade de fontes documentais e bibliográficas poderia fornecer uma resposta contundente nesse sentido.

Em que pese seja o Livro 1, iniciado em 1763, o documento mais antigo custodiado pelo APERS (cujo primeiro registro lançado, inclusive, é de alforria de Ignacia Maria do Espírito Santo, devidamente transcrito no presente trabalho), há outras fontes documentais que permitem aferir a presença negra no Rio Grande do Sul anteriormente aos registros realizados no dito livro notarial. A fortificação militar de Jesus Maria José, com funções também prisionais, construída no ano de 1737 onde hoje se localiza o município de Rio Grande, bem como a construção da capela correspondente, marcam o princípio da ocupação oficial do território gaúcho sob a égide da Coroa Portuguesa, conforme Pontes (2008, p. 9). Quanto a Viamão, localidade onde se encontrava o tabelião responsável pelo Livro 1, em que estão os registros de alforria transcritos e analisados, foi criada enquanto freguesia em 1747, porém tendo seu território povoado já na década de 1730 (GOMES, 2012, p. 73), de modo que os primórdios de sua ocupação acabam coincidindo com os de Rio Grande. Ainda quanto à então freguesia de Viamão, o rol de confessados realizado de 1751 apresenta uma importante informação: "apresentava mais de 42% da sua população composta por cativos de origem africana" (KÜHN, 2006, p. 110).

Um breve exame no primeiro livro paroquial de batismos e no primeiro livro paroquial de óbitos de Rio Grande permite identificar registros atinentes a escravizados. É o caso, dentre vários outros, de Maria, "escrava do Capitam Antonio goncalves dos Anjos", falecida em 02 de agosto de 1738 e "sepultada no semiterio da praya desta nova povoação"³⁴; de Micaela, batizada no ano de 1739, filha de Maria Angola, a qual por sua vez é mencionada como "escrava de Joao Gracia Dutra"³⁵; e de João, batizado no ano de 1740, "escravo do Tenente Francisco Pinto Bandeira, natural de Caxeu, reino de Cabo Verde"³⁶. Em que pese, à época, indígenas também fossem eventualmente referidos como escravizados em alguns registros, os exemplos acima apresentados explicitam as origens, pelo menos, de João e de Maria Angola: ele era oriundo de Cabo Verde; quanto à mãe de Micaela,

34 Registro disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F6SM-ZQ?i=3>. Acesso em: 18 fev. 2023.

35 Registro disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69N-DT?i=8>. Acesso em: 05 fev. 2023.

36 Registro disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69N-LC?i=15>. Acesso em: 05 fev. 2023.

se não fosse proveniente do continente africano (e mesmo de Angola), no mínimo era descendente direta de indivíduos que sofreram migração forçada para o Brasil.

Não bastasse ser simbólico que o documento mais antigo sob custódia do APERS seja um registro de alforria, o exame dos primeiros registros paroquiais da primeira localidade em solo gaúcho ocupada de forma institucional pela Coroa Portuguesa enquanto freguesia não deixa dúvidas: negras e negros, originários do continente africano ou descendentes de indivíduos traficados ao Brasil e escravizados, encontravam-se no Rio Grande do Sul desde seus primórdios, sendo também atores sociais e contribuindo para a construção do território gaúcho. As referências bibliográficas também apresentadas corroboram tal aspecto. Assim sendo, a exploração a que foram submetidos os escravizados, presentes em solo gaúcho desde o início de sua ocupação e em quantitativo considerável, impactou positivamente no patrimônio de seus proprietários e proprietárias. Todos os registros de alforria transcritos vão ao encontro do exposto: sejam o de Ignacia Maria do Espírito Santo e de Catarina, as quais serviram a seus senhores, sejam o de Manoel e Felipa, filhos pardos de Euzebio Alves de Souza, seu pai e proprietário, e da escravizada Antonia, com cujo trabalho contribuíram para o patrimônio paterno.

Dito isso, voltamos à Paleografia, sem a qual seria inviável acessar o teor dos documentos analisados no presente trabalho. Conforme Lose (2017, p. 78), "trabalhar com manuscritos importa em conhecer abreviaturas, signos especiais, letras arrevesadas, anagramas e outras particularidades que dificultam ao leigo a leitura e interpretação dos textos no seu formato original". Portanto, uma transcrição paleográfica, realizada em observância a critérios e mediante conhecimentos necessários para tanto, auxilia no processo de retirar barreiras entre a população em geral e manuscritos de outrora, permitindo que seu teor seja acessado e difundido e que suas informações possam preencher lacunas e complementar narrativas. Ainda, retoma-se a relação entre Paleografia e Arquivologia, bem como as funções deste campo da ciência: documentos são produzidos para registrar e comunicar algo a alguém, e sempre que possível devem estar aptos à difusão e ao acesso, podendo a partir deles surgir análises e debates. E, sem dúvida, os registros de alforria ora transcritos sob a égide da Paleografia se encaixam em tais aspectos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi construído a partir da premissa de elaborar a transcrição paleográfica de 3 (três) registros de alforria lançados no Livro 1 do Registro Geral da Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro, custodiado no APERS, acompanhada de breve análise paleográfica de tais documentos. Sendo este o objetivo geral, foi plenamente alcançado, conforme se verifica na Seção 4, em observância aos critérios e diretrizes expostos na Seção 3. Ainda, a partir do teor de tais registros, propôs-se refletir sobre a escravização, a presença negra e o acesso à liberdade na década de 1760 na então Capitania de São Pedro do Rio Grande, estando a Seção 5 ancorada em tal processo de reflexão.

Quanto aos objetivos específicos, diretamente conectados ao objetivo geral, igualmente foram alcançados. O primeiro, voltado a investigar o tema da escravização e da liberdade, por meio dos documentos trabalhados, no Rio Grande do Sul do século XVIII, em especial na década de 1760, está presente nas Seções 2 e 5. O segundo, pautado em indicar vestígios da trajetória da presença negra no contexto estudado, também foi desenvolvido nas seções mencionadas. Ainda, este próprio trabalho leva ao terceiro objetivo específico, posto que realizar as transcrições propostas e propiciar seu acesso, inclusive por meio da plataforma Lume³⁷, é um modo de difusão do conteúdo em questão. Quanto aos problemas de pesquisa, também foram abordados nas Seções 2 e 5.

Os objetivos foram atingidos, porém mediante desafios e questões limitantes. O precário estado de conservação dos fólios do Livro 1, em que pese tenha havido processo de restauração, gerou dificuldades consideráveis no que tange à transcrição paleográfica, mediante indicação de diversas lacunas sem possibilidade de transcrição (seja pela dificuldade em compreender a grafia em certos trechos, seja por conta de partes corroídas). Cabe referir que outras pessoas, com maior capacidade e disponibilidade de tempo, e com acesso a melhores recursos tecnológicos, podem conseguir compreender trechos que aqui permaneceram obscuros, ou mesmo verificar algum equívoco pontual nas transcrições paleográficas elaboradas, sugerindo correções. Em se tratando de

37 Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Página Principal. S.d. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

Paleografia, para além de método e de conhecimento técnico, há que se contar com alguns predicados: paciência e calma, para analisar os manuscritos e deles extrair adequadamente seu teor; e resignação e humildade, para aceitar que nem sempre é possível identificar todas as informações, bem como que demais pessoas podem ser mais bem-sucedidas na empreitada. Outro aspecto importante: por melhor que seja a resolução de uma câmara fotográfica ou de um aparelho de digitalização, nada substitui o exame presencial de manuscritos a serem transcritos - tanto que foram necessárias diversas visitas ao APERS para acessar o Livro 1 e, mediante análise acurada, confirmar ou descartar hipóteses oriundas da transcrição paleográfica iniciada a partir dos registros fotográficos realizados pelo autor.

Por outro lado, houve grande satisfação ao realizar o trabalho ora apresentado. Adentrar no universo dos registros de alforria, ainda que considerando um recorte tão específico (e necessário, para a elaboração desta monografia), foi um processo interessante, assim como o foi buscar informações sobre os irmãos Manoel e Felipa, protagonistas do Manuscrito 3, escravizados e filhos de Euzebio Alves de Souza, seu proprietário, e de Antonia, igualmente escravizada. Tal cruzamento de fontes, inclusive influenciado pela micro-história³⁸, possibilitou uma melhor reflexão acerca dos temas da escravização, da alforria e da liberdade no contexto estudado - frise-se, aliás, que se não houvesse acesso ao registro de alforria de Manoel e Felipa, mas tão somente a seus registros de batismo, não se saberia que foram propriedades de seu progenitor.

A documentação relacionada não apenas à escravização, mas também à presença e à contribuição da população negra, custodiada no APERS, possui grande potencial. E não somente do Rio Grande do Sul devemos falar: é bastante provável que muitas instituições arquivísticas, em todo o território brasileiro, custodiam documentação afim - e, a partir de políticas de acesso e difusão, podem colaborar para florescer e frutificar debates e diálogos, auxiliando na (re)elaboração e na (re)construção de narrativas. Talvez soe ousado, mas me permito lançar uma semente em formato de proposta: a realização de trabalho específico, conjunto e continuado, na esfera da política pública, entre o Arquivo Nacional e os Ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Igualdade Racial, das Mulheres e dos

³⁸ A qual se volta a temas específicos e tem como foco pessoas anônimas e comuns, e não personagens comumente conhecidas e eternizadas por feitos específicos e por ocupar/deter postos grandiosos (VAINFAS, 2002, p. 73-75).

Povos Indígenas, para localização, identificação e descrição, segundo os preceitos arquivísticos, de documentos relativos às minorias, desde os primórdios documentados do Brasil até o início do século XX³⁹. A partir de então, mediante atividades de restauração e conservação (caso caibam), e especialmente de paleografia e difusão, sem prejuízo das demais funções arquivísticas, teríamos acesso facilitado a informações que poderão permitir a (re)construção de narrativas voltadas não apenas às vicissitudes, mas também às contribuições ativas de indivíduos e grupos minoritários. Embora seja uma ideia ambiciosa e que pressupõe engajamento, qualificação e recursos variados, seu planejamento e sua execução certamente podem apresentar prolíficos resultados à sociedade. Nessa toada, mais uma sugestão: às instituições arquivísticas, cabe refletir e agir para que estejam presentes e estimulem o debate, nos meios acadêmicos e junto à população em geral, tanto no que diz respeito ao nefasto e longo capítulo da escravização no Brasil quanto relativamente aos aspectos positivos da contribuição de negras e negros e de sua existência enquanto atores sociais. Não à toa, reitera-se que a Arquivologia é uma Ciência Social Aplicada - e, como tal, deve dialogar com a sociedade e dela estar próxima. Ainda, as instituições arquivísticas somente possuem sentido caso seu acervo seja acessado; para tanto, a população necessita saber de sua existência e do teor dos tesouros que abrigam, o que leva a novamente salientar uma das funções da Arquivologia: a difusão. É competência de tais instituições difundir seu acervo à sociedade - afinal, como saber que desejamos ou necessitamos conhecer algo quando sequer sabemos de sua existência ou onde se encontra? Por oportuno, especialmente quanto à documentação manuscrita anterior ao século XX, reafirma-se: a Paleografia é uma aliada, para que as informações registradas possam, de fato, ser acessadas e compreendidas, podendo e devendo ser estudada no meio acadêmico, nas instituições arquivísticas e no âmbito dos usuários. E, já que o presente parágrafo diz respeito a proposições, aproveito o ensejo para um registro adicional, que mais possui caráter de constante recordação:

39 Observadas as peculiaridades e guardadas as devidas proporções, citam-se aqui dois projetos. O primeiro, denominado "Tráfico de Escravos no Brasil", pela Fundação Biblioteca Nacional, diz respeito à documentação de seu acervo voltada ao tema, podendo ser obtidas mais informações em <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/trafico-de-escravos-no-brasil/apresentacao-trafico-de-escravos-no-brasil/>. O segundo, na seara acadêmica, encabeçado por pesquisadoras da Universidade de São Paulo (USP) e relativo a documentos redigidos por mulheres ou que apresentem suas narrativas, no período compreendido entre 1500 e 1822, chama-se "Mulheres na América Portuguesa", podendo ser obtidas informações adicionais em <http://map.prp.usp.br/>.

que a branquitude, da qual faço parte, tenha ciência de suas ações e faça sua autocrítica, e por conseguinte assumo o racismo estrutural enquanto sua responsabilidade, admita seus privilégios, discuta abertamente as mazelas decorrentes do eurocentrismo, exercite a alteridade, abdique de seu monopólio em termos de espaços e recursos e efetivamente aja em prol de uma realidade antirracista, mantendo-se atenta para não incorrer na pretensa caridade no lugar da justiça social e na arrogante postura de salvadora piedosa de minorias. Aliás, vale dizer que esse rol nada taxativo é o mínimo e é obrigação.

Encaminhando-nos para o final, oportuno referir que conhecimento não é apenas poder, sendo também necessário para elaborarmos nossas identidades a partir das narrativas a que temos acesso. A construção de uma sociedade mais justa e menos desigual também passa, justamente, pela possibilidade de todos podermos acessar conhecimento acerca de nossas realidades e das trajetórias de quem veio antes de nós, impactando em nossas construções identitárias e no aprimoramento de uma visão crítica. Quanto a quem faz parte de alguma minoria, como é o meu caso por ser homossexual, o acesso ao conhecimento e a possibilidade de (re)elaboração identitária gera positivas consequências em se tratando de pertencimento, autoestima e afirmação - ainda mais quando também reconhecemos nossas contribuições, nossos feitos e nossos predicados, acerca dos quais duvidamos ou que até mesmo ignoramos quando nos encontramos submetidos à invisibilização e/ou depreciação perpetrada pelo sistema hegemônico. Aliás, tal acesso é necessário para que, cada vez menos, estejamos sujeitos a uma história única e padronizada, acerca de cujos perigos Adichie (2009) com grande propriedade explanou em sua memorável conferência. A depender das fontes, o conhecimento somente pode ser acessado quando se sabe de sua existência e de sua localização, bem como quando se possui recursos técnicos e capacitação para sua análise e compreensão. Assim, não há dúvidas de que, sem a Arquivologia e sem a Paleografia, muitos tesouros permaneceriam ocultos, variadas narrativas ficariam relegadas ao esquecimento e identidades dissidentes teriam maior dificuldade em sua elaboração. Portanto, nada mais coerente e adequado do que assim concluir o presente trabalho: reafirmando a essencialidade e o potencial transformador da Arquivologia e da Paleografia nos âmbitos coletivo e individual, bem como desejando que lhes seja dado o destaque e a importância devidos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. Os perigos de uma história única. *In*: **TED**: Ideas worth spreading. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>. Acesso em: 19 fev. 2023.

ALADRÉN, G. **Liberdades negras nas paragens do Sul**: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. 196 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO - DigitArq. **Página principal**. S.d. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/>. Acesso em: 5 fev. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Conservação do documento mais antigo do APERS**: a Carta de Liberdade da negra Inácia Maria preservada há 256 anos. Disponível em: <https://arquivopublicors.wordpress.com/2019/11/20/conservacao-do-documento-mais-antigo-do-apers-a-carta-de-liberdade-da-negra-inacia-maria-preservada-ha-256-anos-novembronegro/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Livro 1 do Registro Geral da Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro**. 148 p.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Mensagens eletrônicas enviadas entre Cassiano Borowsky Braz e APERS**. Porto Alegre, 28 fev. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Página principal**. Sd. Disponível em: <https://www.apers.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 5 fev. 2023.

BASE DE DADOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Página principal**. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 320 p.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Nacional, 2002. 120 p (Projeto Como Fazer, 8).

BERUTE, G. S. **Dos escravos que partem para os portos do sul**: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 - c. 1825. 200 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional. **Tráfico de Escravos no Brasil: Apresentação**. S.d. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/trafico-de-escravos-no-brasil/apresentacao-trafico-de-escravos-no-brasil/>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória n. 1.154, de 1º de janeiro de 2023**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1154.htm. Acesso em: 04 jan. 2023.

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3. ed. rev. e amp. Santa Maria: Ed. UFSM, 2008. 128 p.

CASTELNAU-L'ESTOILE. C. **Páscoa Vieira diante da Inquisição**: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 276 p.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 359 p.

DIAS, C. L. Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, p. 235-252, 2019. DOI: 10.1590/s0103-4014.2019.3397.013

ESCRavidão & LIBERDADE: Apresentação. **Página principal**. S.d. Disponível em: <http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/>. Acesso em: 5 fev. 2023.

FLEXOR, M. H. O. **Abreviaturas**: manuscritos e documentos luso-brasileiros, séculos XVI ao XX. 5. ed. rev. e aum. Curitiba: CRV, 2019. 738 p.

GOMES, L. C. **Uma cidade negra**: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772 - 1802. 292 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GOOGLE SCHOLAR. **Página principal**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br>. Acesso em: 12 fev. 2023.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.

HOSOKAWA, A. B. S. *et al.* Análise do processo inquisitorial do negro Pedro João: um resultado do projeto Várias Mãos e Muitas Penas. **LaborHistorico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, Caminhos da Paleografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 413-442, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7i3.49393>.

IGREJA CATÓLICA. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Viamão. **Registros de óbito**. Livro 1 (1748-1812). Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-H296-71>. Acesso em: 06 fev. 2023.

IGREJA CATÓLICA. Paróquia de São Pedro, Rio Grande. **Registros de batismo**. Livro 1 (1738-1753). Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69N-TY>. Acesso em: 06 fev. 2023.

IGREJA CATÓLICA. Paróquia de São Pedro, Rio Grande. **Registros de batismo**. Livro 3 (1757-1759). Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69F-7Y>. Acesso em: 06 fev. 2023.

IGREJA CATÓLICA. Paróquia de São Pedro. Rio Grande. **Registros de óbito**. Livro 1 (1738-1763). Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F6SM-62>. Acesso em: 18 fev. 2023.

KÜHN, F. **Gente da fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII. 479 p. Tese (Doutorado em História Moderna). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LOSE, A. D. Edições de documentos históricos: a quem interessam? a quem se destinam?. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/463>. Acesso em: 2 fev. 2023.

LOSE, A. D. **Perfil na plataforma Lattes**. 28 jan. 2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0964619379855440>. Acesso em: 18 fev. 2023.

MAGALHÃES, L. B. S. Da 1.0 até a 3.0: a jornada da Paleografia no mundo digital. **LaborHistorico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, Caminhos da Paleografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 279-295, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7i3.49393>.

MODUS SCRIBENDI. **Perfil na plataforma CNPq**. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2837782098868334>. Acesso em: 18 fev. 2023.

MOREIRA, P. R. S.; TASSONI, T. S. **Quem com seu trabalho nos sustenta** – As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748-1888). EST Edições. 2007.

MULHERES NA AMÉRICA PORTUGUESA - Grupo de Pesquisas Humanidades Digitais. **Página principal**. S.d. Disponível em: <http://map.prp.usp.br/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

OSÓRIO, H. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XVIII. **Anais 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, p. 1-15. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em:

<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/helen%20osorio.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2023.

PAIXÃO, K. E. S. **Perfil na plataforma Lattes**. 30 jan. 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4311299391685991>. Acesso em: 05 fev. 2023.

PINHEIRO, B. C. S. **Perfil na plataforma Lattes**. 28 jan. 2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6817182885628525>. Acesso em: 05 fev. 2023.

PROJETO QUERINO. **Página principal**. S.d. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/>. Acesso em: 5 fev. 2023.

REDE M.; ARAÚJO, S. R. R; CARDOSO, C. F. Escravidão antiga e moderna. **Revista Tempo**, Niterói, v. 3, n. 6, Dossiê “Escravidão e África negra”, Universidade Federal Fluminense, p. 9-15, dez. 1998, Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-1.pdf. Acesso em: 06 mar. 2023.

ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan/jun. 2015.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p.

SCHANTZ, A. P. D. **Libertos no Rio Grande de São Pedro**: Porto Alegre e Viamão no final do século XVIII e início do século XIX. 107 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. *In*: PAIVA, R.; BARBALHO, A. (Org). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005, p. 11-25.

TORRES, L. H. Cronologia básica da história da Cidade do Rio Grande (1737-1947). **BIBLOS**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 9-18, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/957>. Acesso em: 2 fev. 2023.

TRANSKRIBUS. **Página principal**. S.d. Disponível em: <https://readcoop.eu/transkribus/>. Acesso em: 5 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Lume - Repositório Digital**. Página Principal. S.d. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

VAINFAS, R. História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas. *In: Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, v. 4, p. 9-27, jan/dez. 1996.

VAINFAS, R. **Os Protagonistas Anônimos da História**: Micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 163 p.